

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais

Curso de História

7.00.00.00-0 Ciências Humanas

7.05.00.00-2 História

Título: Privilégios perdidos e os conflitos entre caciques indígenas e autoridades espanholas através do processo inquisitorial contra D. Carlos, cacique de Texcoco em 1539.

Autora: Renata Alves Melki de Souza

Curso de História - Faculdade de Ciências Sociais

Orientador: Fernando Torres Londoño

Departamento de História-Faculdade de Ciências Sociais

Resumo: Este artigo se propõe a analisar como se mantiveram as estruturas sociais indígenas no momento pós conquista, resgatando conflitos entre espanhóis, indígenas e também entre os próprios nobres. Assim, vai examinar a situação das antigas nobrezas do lago de Texcoco, tratando da questão territorial e política dos cargos e privilégios, tomando como base o processo inquisitorial contra D. Carlos Chichimecatecuhtli u Ometochtzin. A acusação mais importante no processo foi por idolatria, pois era um desejo dos evangelizadores extirpar as práticas idolátricas da América, porque eram identificadas como ameaça para a doutrina cristã. Isto motivou a condenação do cacique á fogueira, foi denunciado por indígenas próximos e concorrentes ao cargo de cacique.

Palavras Chave: México, Inquisição, Idolatria

Introdução: Em 1539, D. Carlos, cacique da região de Texcoco, foi acusado de idolatria, concubinato e dogmatizar contra a fé católica, acusação essa que resultou em um processo inquisitorial que acarretou em sua prisão e confisco de seus bens, interrogatório das testemunhas, defesa e julgamento. Com a sentença, o nobre foi condenado á fogueira, numa cerimônia de auto-de-fé presidida pelo arcebispo Juan de Zumárraga. O processo contra o cacique, que termina na sua execução, se produziu menos de vinte anos da invasão espanhola na chamada Nova Espanha. Com a chegada dos espanhóis no México, a configuração política da Tríplice aliança foi mudada principalmente em Texcoco, uma das regiões mais influentes que tinha tributários em seu território e em outros. Ali a evangelização teve um grande impacto, assim se entende que D. Carlos, cacique texcocano, foi processado no ano de 1539 e julgado pelo tribunal episcopal do Santo Ofício, sendo condenado á fogueira e morto, a partir de denúncias de membros da elite texcocana.

Para entender porque D. Carlos foi morto, procuramos compreender as disputas de poder no próprio território texcocano, que ajudaram a desestruturar política e socialmente quem tinha o poder, como o tribunal episcopal agia. O estudo do processo contra o cacique foi realizado aqui, considerando a disputa por privilégios entre os nobres indígenas depois da conquista, se servindo da acusação de idolatria, que era um dos alvos das autoridades eclesiásticas.

1-O Ambiente da conquista e á chegada á Texcoco:

Cortés legitimou sua conquista mediante a posição de capitão, ao se firmar como autoridade principal da conquista, recebendo a aprovação real (Toscano, 1994, p. 310). Com a chegada dos espanhóis ao território do Vale do México, ficaram evidentes os conflitos internos e a divisão da nobreza indígena, no caso do povoado de Texcoco em 1521, Ixtlixóchitl e Cacama disputavam o trono texcocano e a melhor maneira de receber os espanhóis(Toscano,1994 p. 311). A ajuda e aliança de Ixtlixóchitl com os conquistadores foi crucial para a conquista militar e para isso, foi necessário a conversão do nobre ao

catolicismo.(Jarquín e Peredo,1995, p.27).Cortés obteve a conquista de Texcoco nos primeiros anos de colonização e a região conquistada foi dividida em “encomiendas”(Jarquín e Peredo,1995, p.28).A dominação e colonização continuou e se estendeu ai final do século XVI, com a divisão de terras e conflitos quanto ao uso do solo e novas possessões, mas a maior conquista territorial foi Texcoco, que tinha milhares de tributários(Jarquín e Peredo, 1995, p. 33-35). Junto com a conquista militar e territorial existiu a conquista espiritual e a evangelização que se iniciou com a chegada dos primeiros Franciscanos á Texcoco em 1523 com os ensinamentos da língua castelhana e da doutrina cristã. Os freis queriam construir uma nova ordem estabelecida interferindo e desconsiderando as crenças indígenas efetivando a dominação(Jarquín e Peredo,1995, p.49).A partir de 1525, os freis afastaram todos os que frequentavam os templos indígenas e perseguiram a idolatria que se escondia por trás das imagens católicas(Jarquín e Peredo,1995, p.49). O clero regular predicou o evangelho, entre os adoradores dos antigos deuses sangrentos, se suprimiram os sacrifícios humanos e se impôs a nova religiosidade, desprezando as antigas (Jarquín e Peredo,1995, p.53). Sendo assim, logo após a conquista, se rompeu a unidade da nobreza indígena pelo processo da guerra, surgiu uma nova direção política, que não se consolidou em meio á derrotas, essa ruptura de parte da nobreza com seu soberano de certa forma representou resistência ás suas ordens, além do fim das antigas alianças(Toscano, Alejandra Moreno, 1994, p. 318-320).A conquista não significou somente a incorporação de novas extensões de terra, mas dos indígenas ao mundo ocidental cristão, a essa conquista espiritual foi utilizada como justificativa para a dominação(Toscano,1994, p.326). Dentro deste universo da cristianização, os gestos do cotidiano indígena como colher, trabalhar na terra ou um banquete, poderia significar idolatria e desvio da doutrina cristã para os Espanhóis(Gruzinski,1988, p.100).

2- Aparato inquisitorial – processos inquisitoriais

Observando a situação política de Texcoco após a conquista podemos perceber dentre muitas transformações, a ação do tribunal episcopal julgando processos, pois a partir da conquista a evangelização ganhou força e os processos inquisitoriais evidenciam a estratégia de conquista e dominação

espanhola, os conflitos e disputas de poder nas regiões conquistadas como o território texcocano. As ações do tribunal episcopal, primeira metade do século XVI, expressavam limitações de um sistema normativo e repressivo adequado somente á metrópole e mesmo centralizado na figura do bispo, pois tinham uma ampla autonomia(Alberro, 1993,p.22, Goulart, 2010,p.3).

Os processos inquisitoriais eram divididos em algumas etapas: a evidencia obtida pela delação, por rumores públicos, uma segunda etapa onde qualificadores, funcionários inquisitoriais avaliavam se a delação era justificada ou não, posteriormente se seguia a prisão do acusado e o confisco de seus bens, o interrogatório e o auto-de-fé, o acontecimento público que mostrava o grande poder da inquisição. Na noite anterior ao auto desfilava uma procissão nas ruas da cidade até a praça onde era montado o cenário, o altar, a cruz e o emblema da inquisição(Turberville, 1948, p.54-70).O procedimento começava com um sermão, depois do qual se lia em voz alta o juramento de fidelidade ao Santo Ofício e prosseguia com a leitura alternada das sentenças, feitas por cada acusado que recebia sua pena correspondente(Turberville, 1948,p.71-72).

As formalidades requeriam o interrogatório do réu e das testemunhas, a acusação fiscal e a réplica do acusado, voto, sentença e sua execução pública; participavam do processo declarantes, membros da inquisição e demais consultores(Goulart, 2010,p.6).

Quando se formulava uma denúncia nos tribunais da inquisição, se derivava a denúncia ao tribunal correspondente segundo a natureza da delação; mediante a denúncia, o acusado era interrogado pois era questionado se existia alguma razão para que o tivessem denunciado. As perguntas serviam para a coleta de mais informações para os inquisidores e mais informações sobre o caso particular; o interrogado devia falar toda verdade e tudo o que sabia quando estivesse na frente de um funcionário inquisitorial(Vallés, 2008,p.3-5).

Em um processo inquisitorial era primordial o depoimento das testemunhas que não estivessem envolvidos e nem influenciados pelo acusado no processo, mas os depoentes induzidos por suas próprias perguntas argumentavam geralmente aquilo que o inquisidor queria ouvir; que denunciavam uma pessoa

não por rancor ou vingança mas por desencargo de sua consciência, para salvação de sua alma, o silêncio indicava cumplicidade, era presente o medo do indivíduo ter conhecimento de uma ação errônea e não denunciar, mas denunciando, sua alma e segurança estavam mantidas(Vallés, 2008, p.4-8).

A exortação pública instruía a maneira adequada para serem feitas as denúncias, as fontes de informação eram mantidas em sigilo e ficava a critério do Santo Ofício investigar ou não; o definitivo era “público e notório” e era com essa fórmula que se perguntava á testemunha embasado por um modelo de comportamento ou forma de vida a seguir;O suspeito estava sujeito á um rigor desproporcional em relação aos outros declarantes, era submetido a um interrogatório em torno de sua vida e feitos, para que buscasse em sua consciência os motivos pelos quais estava sob juízo(Goulart, 2010, p.5-6, Vallés, 2008,p.9).

Diante de uma acusação, o réu devia pagar por seu sustento, os honorários dos magistrados, promotor fiscal e advogado defensor, que era nomeado pelo tribunal, se limitava a aconselhar o acusado a confessar toda a verdade para que o tribunal pudesse ser condescendente e diminuir a pena que era imposta e no momento em que os bens do acusado eram confiscados, muitas vezes não chegavam as arcas do fisco, mas parte era utilizado para quitar despesas com o processo(Vallés, 2008, p.10-11).

O processo inquisitorial contra D. Carlos remonta ás investigações feitas pelo Santo Ofício em torno da conduta do cacique, acusado de discursar e advertir os índios contra as práticas cristãs; mas no entanto foi o único caso de indígena punido pelo Santo Ofício com a pena capital quando na maioria dos processos contra indígenas se aplicava uma pena branda como chibatadas. Os tramites do processo contra o cacique de Texcoco correram as regras legais : foi designado um defensor para fazer frente ás acusações que desde o princípio tinha negado.O veredicto final o condenou e o processo se encerrou com a entrega de D. Carlos ao braço secular, o auto-de-fé foi em Novembro de 1539. A determinação do arauto explicitava que os fiéis deviam assistir á cerimônia na presença do vice-rei, do inquisidor e grande parte de população(Goulart, 2010,p.2, Obregón,1980, p.83-84). Apesar da importância

que tinha entre os espanhóis e a elite texcocana, o cacique foi denunciado pelos próprios indígenas, provavelmente por sua conduta diferente em comparação com outros membros da elite local, incitando a denúncia ante a inquisição; o modo como as testemunhas afirmavam que ela conduzia as palavras soava incomodo para os investigadores do arcebispo Juan de Zumárraga; a execução do nobre texcocano se relaciona com a situação política dos primeiros anos da conquista, representa a conquista espiritual, as divergências espanhóis e indígenas, entre o cristianismo e a religião nativa e essa conquista foi também dos corpos, dos hábitos e principalmente da família, logo era necessário submetê-los às regras da igreja(Goulart, 2010, p.1-7).

A inquisição e o tribunal episcopal tinham a necessidade de observar, vigiar e castigar condutas erradas e desvios que não correspondiam à doutrina da igreja, se fomentava um critério a seguir, se normatizavam as consciências com uma doutrina que atuava na vida cotidiana e no campo das práticas da fé; o efeito devastador da ação inquisitorial na nova Espanha era associado a outros fatores como a perda sofrida pelos nobres indígenas da coesão política e cultural, essa perda esvaziou o sentido entre o presente colonial e o passado ancestral(Goulart,2010, p.12, Vallés, 2008,p.15).

3- Depoimentos mais importantes do processo contra o cacique de Texcoco

A conquista do México trouxe a cristianização, os evangelizadores queriam principalmente tornar os índios cristãos, portanto se colocando contra os costumes nativos e para esse fim a inquisição episcopal e os arcebispos abriam processos inquisitoriais, no caso, o cacique de Texcoco teve seu processo gerido pelo arcebispo Juan de Zumárraga. Pudemos perceber pelo processo,que com relação ao depoimento dos principais existiam os do alcaide e do governador texcocano, a tabela de depoentes e acusações mostra que as testemunhas mais próximas de D. Carlos, os familiares o acusam de concubinato,já os principais que tinham o poder e alto cargo, o acusam de idolatria que se configura a acusação mais importante e confirma a motivação política do processo, portanto o que levou o cacique para a fogueira evidenciando os conflitos e a situação política de Texcoco após a conquista e a relação com os espanhóis.

A descoberta de ídolos na casa do cacique estimulou uma caça em toda a área e nos povoados próximos e foi supervisionada por D. Lorenzo irmão ilegítimo de D. Carlos e governador de Texcoco (Greenleaf, 1988, p.90). Lorenzo como detentor do cargo de governador, ordenou a busca e a destruição de ídolos na jurisdição de Texcoco e em seu depoimento deixa claro que pretendia juntar os principais texcocanos para saber quem fazia as invocações através dos ídolos e averiguando idolatrias, buscou nos pés de muitas cruzes pelo caminho achando navalhas e outras insígnias de sacrifícios; também foram achados na região da serra: papéis com sangue de sacrifícios, plumas e outros elementos de rituais indígenas, assim o governador pediu que alguns índios guardassem e vigiassem a região para descobrir quem fazia os rituais, entre as regiões Guaxocingo, Guatichan e Chiabtlá (Obregón, 1980, p.43).

Don Hernando de Chávez, alcaide de Texcoco, em seu depoimento afirmou que participou nas buscas por idolatrias e objetos de sacrifícios nos pés das cruzes colocadas no caminho da serra de Tlaloca e que nesta serra foi achada a imagem do Deus Tlaloc que foi quebrada e trazida para o governador (Obregón, 1980, p.46).

Outro depoimento muito importante é o de Pedro, enviado por Lorenzo com algocil para buscar indícios de sacrifícios na serra, mas seu principal alvo era o deus Tlaloc, pois sabia exatamente como era a imagem e onde procurá-la (Obregón, 1980, p.51).

Don Antonio, alcaide de Texcoco, reforça em seu depoimento a participação na busca de ídolos e sacrifícios iniciada por Lorenzo e reafirma as regiões onde podiam ser encontrados esses indícios incluindo a região texcocana, afirmava que D. Carlos tinha ídolos na parede de sua casa onde foram encontradas as imagens mais não sabia o que ocorreu posteriormente (Obregón, 1980, p.47).

Em outros depoimentos principais como o de D. Inés, sobrinha do acusado, afirma que foi sua concubina durante três anos e teve uma filha, disse ter ouvido que seu ato era pecado, mas não era casada e não se encontrava mais com D. Carlos (Obregón, 1980, p.41). No depoimento de D. Alonso senhor de Chiconautla, estavam presentes as acusações de concubinato, e não cumprimento da fé cristã, pois o principal relata que D. Carlos não participou da

procissão no povoado, incitou Francisco e outros principais contra a fé e contou para sua irmã, esposa do depoente que tinha uma concubina.

Em seu depoimento, D. Carlos nega todas as acusações, somente confirmou concubinato, como confirma D. Maria como sua esposa, mas não confirma a existência de ídolos em sua casa; em seu depoimento o filho do cacique, revela que não sabia rezar e nem ia a missa pois o pai não ensinava a ele os preceitos cristãos (Obregón, 1980, p.61).

Todos os depoimentos revelam o direcionamento das perguntas para o que era interessante para o aparato inquisitorial, cada uma das testemunhas devia falar a verdade para que não passasse de testemunha á investigado; por isso já sabiam as respostas que tinham que dizer; fica claro que a execução de D. Carlos tinha um caráter político, dentro de um cenário de disputa de poder, pois nenhum indígena recebeu uma pena igual.

A acusação mais importante do processo foi por idolatria pois essa acusação partiu dos principais ou seja, de quem tinha o poder, as perguntas mais frequentes eram a existência de ídolos e imagens.

O governador, os alcaides como detentores de altos cargos, sabiam a descrição, o nome e onde procurar as imagens e os objetos usados nos sacrifícios; logo, a acusação do cacique de Texcoco teve motivação política de disputa, a importância do povoado, a condição de nobreza, o aparelho inquisitorial contribuíram para a pena aplicada, mostrando a peculiaridade do tribunal episcopal.

A acusação por idolatria foi o eixo do processo contra D. Carlos, e encobriu a motivação do processo justamente pela busca em acabar com a idolatria na América, o caso do cacique esclarece o comportamento da aristocracia mexicana dividida entre a obrigação da colaboração e a manutenção do antigo patrimônio (Gruzinski, 2001, p.600).

4- Conclusão: O processo inquisitorial contra D. Carlos foi por motivação política de disputas de poder pelo trono de Texcoco, por isso as autoridades

texcocanas foram as testemunhas chave para a condenação do cacique pois detinha o poder na região. A idolatria e o culto as antigas deidades foram vistos como pretexto para acentuar a condenação do nobre texcocano, mas para os indígenas o culto á Tlaloc era a relação com o sagrado fazia, fazia parte do cotidiano e da vivencia e para os espanhóis era algo relacionado ao demônio. Por isso, D. Carlos foi condenado á fogueira, mas não unicamente por ser idólatra ou ter dogmatizado contra a fé mas por ser nobre, cacique e ter grande influencia no povoado, logo o processo reforçou o papel da conquista, da inquisição e da imposição cristã.

Bibliografia:

ALBERRO, Solange. **Inquisición y Sociedad en México 1531-1700**. México: FCE, 1993

GOULART, Saulo M. **Don Carlos e a inquisição mexicana: Considerações Acerca do Proceso Inquisitorial Del Cacique de Tetzoco (1539)**. ANPHLAC Goiás, págs.1-12, 2010.

GREENLEAF, Richard. **Zumárraga y la Inquisición mexicana, 1536-1543, México**, FCE, 1988

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. México, FCE, 1991

JARQUIN ORTEGA, Maria Teresa, HERRERON PEREDO, Carlos. **Breve historia del estado de Mexico**, El Colegio de Mexico : Fideicomiso Historia de las Americas : México,Fondo de Cultura Economica, 1996

OBREGÓN, Luis Gonzáles.**O processo inquisitorial do cacique de Texcoco**. México, Biblioteca enciclopédica do México, 1980.

TOSCANO, Alejandra Moreno. **Historia de Mexico Vol. 1, México**, El Colegio de Mexico, 1994

TURBERVILLE, A. L. **La Inquisición Española**. México, FCE, 1948

VALLÉS, Estrella F. **Una muestra de la fe y la “mala fe” a través de los procesos del Santo Oficio de la Inquisición de México.** Revista eletronica de la asociación Española de Americanistas, Vol.1, nº1, 2008

: